

• De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 25, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto I – questões de 1 a 3

#### Os tribunais do povo Cidadãos de todas as classes sociais inundam a justiça com processos por danos morais

1 Até os anos 80, o cidadão comum só se sentia  
amparado por um setor da justiça, o trabalhista. O cenário  
começou a mudar na década passada, com o Código de  
4 Defesa do Consumidor e os tribunais de pequenas causas.  
O brasileiro passou a ter mais conhecimento dos seus direitos  
e tornou-se exigente. A guinada espetacular, no entanto,  
7 está em curso agora, com cada vez mais gente valendo-se  
das garantias estabelecidas no art. 5.º, inciso X, da  
Constituição da República. Ali está assegurado o pagamento  
10 de indenizações por prejuízos não só materiais mas também  
morais. Quando um instrumento jurídico mexe diretamente  
no bolso das pessoas, pode-se prever que conseqüências trará.  
13 O resultado já se vê nos tribunais. Hoje, há no Brasil cerca de  
420 mil processos por danos morais tramitando na justiça. É a  
modalidade de ação judicial que mais cresce no país. Nos  
16 últimos oito anos, enquanto o número global de processos  
avançou nove vezes, a quantidade de ações por danos morais  
foi multiplicada por 51. O fenômeno é muito mais que uma  
19 revolução nos fóruns. Reflete uma formidável mudança nos  
costumes, na forma de resolver pendengas. A sociedade  
brasileira começa a abandonar o jeitinho informal de acertar  
22 as diferenças, que inclui desde a conversa amigável até a cena  
de pancadaria, para recorrer à esfera institucional, no caso, a  
justiça. Vergonha, dor, humilhação, constrangimento e  
25 sofrimento, resultantes de negligência, irresponsabilidade ou  
má-fé, não são mais resolvidos com esquecimento, conversas  
duras ou ameaças. Vão aos tribunais.

Paula Mageste. *Época*. 22/7/2002, p. 68-71 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Julgue os itens a seguir, considerando o texto I.

- 1 O texto é predominantemente dissertativo.
- 2 Na linha 2, antes de “trabalhista”, foi omitido o vocábulo **setor**.
- 3 Ao se reescrever no plural a frase “O resultado já se vê nos tribunais” (l.13), o verbo passa a ser **vêm**.
- 4 A “mudança nos costumes” (l.19-20) tratada no texto está corretamente esquematizada no quadro a seguir.

formas de resolver pendengas	
informal	institucional
esquecimento	conversa amigável
conversas duras	
ameaças	processo judicial
cenos de pancadaria	

- 5 O sujeito de “são” (l.26) é a lista de substantivos coordenados “Vergonha, dor, humilhação, constrangimento e sofrimento”.

### QUESTÃO 2

Julgue os itens a seguir quanto aos aspectos morfosintáticos e semânticos do texto I e quanto à Lei Complementar n.º 47/1995, que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre.

- 1 Considere as seguintes acepções do verbete **inundar** retiradas do **Dicionário Houaiss**.

1 cobrir com água ou fluido que transborda 2 verter (água) pela borda; transbordar 3 molhar(-se) completamente (de algum líquido); banhar(-se) 4 encher (de líquido) completamente; tornar cheio 5 encher completamente; ocupar; saturar.

No título do texto I, o verbo **inundar** está empregado na acepção 5.

- 2 A justiça, esfera institucional a que o brasileiro recorre cada vez mais, é feita, no Acre, pelos órgãos do Poder Judiciário, que incluem o tribunal de justiça, os tribunais do júri, os juízes de direito e os juizes de paz.
- 3 No estado do Acre, o magistrado está sujeito a responder por perdas e danos somente quando recusar, omitir ou retardar, sem justificativa, providência que deva ordenar de ofício.
- 4 A representação do Poder Judiciário, no Acre, compete igualmente ao presidente do tribunal de justiça e ao presidente do tribunal do júri.
- 5 O trecho “Hoje, há no Brasil (...) justiça” (l.13-14) pode ser corretamente substituído por **Hoje, existe no Brasil, quase 420 mil processos com danos morais cuja tramitação passa pela justiça**.

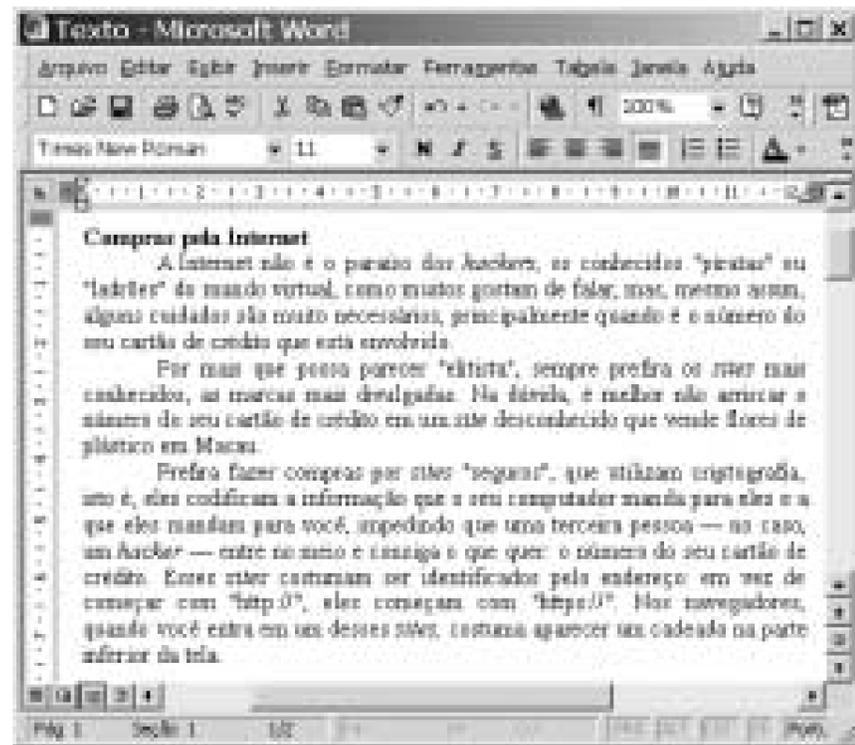
### QUESTÃO 3

A correção gramatical e as idéias do texto I seriam mantidas caso se substituísse

- 1 “O brasileiro (...) exigente” (l.5-6) por **Como passou a ter mais conhecimento sobre seus direitos, o brasileiro tornou-se exigente**.
- 2 “Ali está (...) morais” (l.9-11) por **Nesse artigo, o Código de Defesa do Consumidor assegura o pagamento de indenizações por prejuízos materiais e morais**.
- 3 “O resultado (...) justiça” (l.13-14) por **O resultado já se vê nos tribunais: cerca de 420 mil processos por danos morais hoje tramitam na justiça**.
- 4 “Reflete (...) pendengas” (19-20) por **Reflete uma inesperada mudança nos costumes e na forma de resolver pendengas**.
- 5 “para recorrer (...) justiça” (l.23-24) por **para recorrer às esferas institucionais, ou seja, à justiça**.

## Texto II – questões 4 e 5

A figura abaixo mostra uma janela do Word 2000, contendo parte de um texto relacionado com a Internet, extraído e adaptado da revista **Panorama da Justiça**, n.º 31, p. 23.



### QUESTÃO 4

Julgue os itens a seguir, quanto à Lei Complementar n.º 47/1995, ao Word 2000 e a aspectos morfosintáticos e semânticos do texto mostrado na janela do Word ilustrada no texto II.

- De acordo com a Lei n.º 47/1995, a instância para o julgamento de crimes relacionados ao uso desautorizado de cartão de crédito alheio, para fazer compras pela Internet, é a vara de execuções penais.
- Mantém-se o sentido geral do primeiro parágrafo do texto, caso sejam realizadas as seguintes ações: clicar imediatamente antes de “é”, em “quando é”; teclar ; aplicar um clique duplo sobre “que”, na mesma oração; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar e, finalmente, liberar a tecla .
- O emprego de “seu” na última linha do primeiro parágrafo dá a entender que o cartão de crédito mencionado é o do hacker.
- Deduz-se do último parágrafo que criptografia é uma técnica pouco prática porque, ao ser codificada, a informação fica ininteligível para todos.
- Será preservada a idéia principal da segunda oração do segundo parágrafo, se esta for reescrita como: **Na dúvida, não dê o número de seu cartão para compras em sites de origem duvidosa.**

### QUESTÃO 5

Julgue os itens a seguir, considerando a janela mostrada no texto II e o Word 2000.

- Para centralizar o termo “**Compras pela Internet**”, é suficiente clicar sobre qualquer letra desse termo; pressionar e manter pressionada a tecla e, a seguir, teclar .
- É correto afirmar que o estilo da fonte de todas as ocorrências de “sites”, no texto mostrado na figura, pode ser alterado a partir da opção Substituir, encontrada no menu **Editar**.
- Para salvar em disquete o documento que aparece na janela do Word 2000, é suficiente clicar e, na caixa de diálogo que será automaticamente aberta, digitar o nome desejado e clicar em Salvar.
- Para inserir um texto externo no documento em edição, é suficiente copiar esse texto para a área de transferência do Word 2000 e, no local desejado, clicar em . Com essas ações, sempre que o texto externo for modificado, essas modificações serão automaticamente efetuadas no documento atual.
- O primeiro período do segundo parágrafo do texto mostrado na janela continuará gramaticalmente correto, caso se execute a seguinte seqüência de ações: clicar imediatamente antes de “sempre”; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar imediatamente após o referido vocábulo; liberar ; clicar ; clicar entre “divulgadas” e o ponto final do período; acionar uma vez a tecla barra de espaço e, finalmente, clicar .

## Texto III – questões 6 e 7

### Pesquise na Internet Encontre a solução em nossos sites favoritos

Uma seleção de *sites* para os profissionais do direito. Todos aqueles que constam da relação foram visitados e merecem sua atenção. Alguns devem mesmo fazer parte dos seus favoritos. Envie seu *e-mail* para o endereço [panorama@netway.com.br](mailto:panorama@netway.com.br) e publicaremos nesta página.

[www.faroljuridico.com.br](http://www.faroljuridico.com.br) – Aqui serão encontrados jurisprudência, legislação, artigos, provas de concursos, eventos, sorteios, promoções, *chat* com recursos, multimídia e muito mais...

[www.pgr.mpf.gov.br](http://www.pgr.mpf.gov.br) – Aqui se pesquisam processos em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

[www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) – Encontram-se matérias sobre a atuação do Ministério Público, além de obras de procuradores e um fórum de discussão aberto a todos.

[www.direitoweb.adv.br](http://www.direitoweb.adv.br) – Este *site* objetiva divulgar e permitir, por meio de uma navegação rápida, simples e eficaz, a correspondência de conhecimentos jurídicos, inclusive sobre questões jurídicas relevantes da Internet, tais como: comércio eletrônico (*e-commerce*), discussões sobre direitos autorais, crimes eletrônicos, conflitos entre nomes de domínio e marcas registradas etc.

*Panorama da Justiça*, n.º 31, p. 65 (com adaptações).

### QUESTÃO 6

Considerando o texto III e a Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens abaixo.

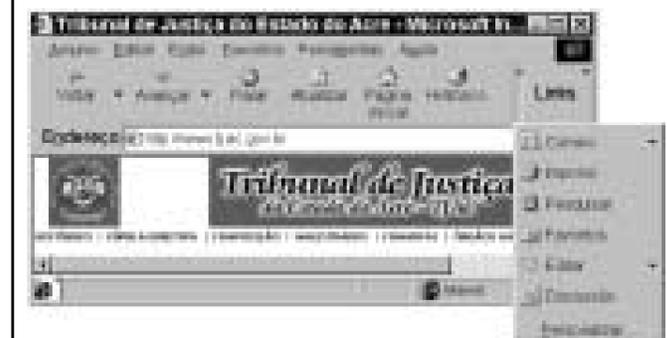
- O endereço [panorama@netway.com.br](mailto:panorama@netway.com.br) corresponde a uma página da Internet onde o usuário poderá pesquisar acerca de diversos assuntos jurídicos.
- Na oração associada ao endereço [www.faroljuridico.com.br](http://www.faroljuridico.com.br), há uma série de objetos diretos coordenados, que representam o conteúdo desse *site*.
- O Ministério Público, objeto do *site* associado ao endereço [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br), pode indicar membros para preenchimento de vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Acre, que concorrerão com profissionais da carreira advocatícia indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, conforme preceito constitucional.
- Na descrição do *site* [www.direitoweb.adv.br](http://www.direitoweb.adv.br), o vocábulo “navegação” deve ser entendido como o ato de consultar diversos hipertextos, acionando os *links* neles contidos para passar de um para outro.
- De acordo com o texto, se alguém quiser acompanhar um processo que esteja tramitando na justiça, conseguirá as informações, entre os endereços sugeridos no texto III, em [www.direitoweb.adv.br](http://www.direitoweb.adv.br).

### QUESTÃO 7

Julgue os itens a seguir, considerando a tipologia textual e os aspectos morfosintáticos e semânticos do texto III.

- Por seu conteúdo informativo e persuasivo, o texto configura-se como um texto publicitário.
- Pela palavra “**solução**”, que aparece no subtítulo, entende-se que o texto dirige-se a pessoas problemáticas.
- A flexão de alguns verbos no imperativo mostra que o autor dirige-se ao leitor por um pronome de tratamento, que não chega a aparecer no texto (**você**, por exemplo).
- Caso o leitor queira encontrar artigos que tratem de questões relativas à apropriação indevida de textos publicados, encontrará, nessa lista, pelo menos um *site* para pesquisa.
- A oração associada ao *site* [www.anpr.org.br](http://www.anpr.org.br) pode ser reescrita corretamente, mantendo-se a idéia principal, da seguinte maneira: **Além de obras de procuradores e um fórum de discussão, pode-se encontrar, também, matérias sobre a atuação do Ministério Público.**

### QUESTÃO 8



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer 5, que exhibe a página cujo URL é <http://www.tj.ac.gov.br> e está sendo executado em computador cujo sistema operacional é o Windows 98. A partir dessa figura e acerca do Internet Explorer 5 e da Internet, julgue os itens a seguir.

- É correto concluir que a página mostrada não dispõe de *hyperlinks*, que são ferramentas do *browser* capazes de impedir que vírus de computador se anexem às informações da página e, dessa forma, contaminem o computador, durante o processo de *download* da página.
- Uma das desvantagens do Internet Explorer 5, com relação ao Netscape Navigator, é que ele não dispõe de recursos que permitam ao usuário configurar o tamanho da fonte com o qual as informações de uma página serão mostradas.
- É possível configurar o Internet Explorer 5 para que animações em *gifs* em uma página sejam desabilitadas, o que pode acelerar a execução de determinadas páginas, principalmente se o computador não dispuser de recursos adequados.
- Ao clicar o botão , a página inicial do Internet Explorer 5 será atualizada, ou seja, será carregada pelo *software*.
- O uso de *cookies* vem, finalmente, acabando com a disseminação de vírus de computador pela Internet. Para ativar esse recurso no Internet Explorer 5 é suficiente aplicar um clique duplo no botão **Links**.

**QUESTÃO 9**

Com relação ao disposto na Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens abaixo.

- 1 O presidente do tribunal de justiça será eleito com base no critério de idade, ou seja, será sempre o mais idoso entre os membros do tribunal.
- 2 A nomeação dos aprovados em concurso público para preenchimento de vaga do Poder Judiciário do Acre é de competência do governador desse estado.
- 3 As comarcas, no estado do Acre, serão classificadas pelas seguintes critérios: número de habitantes e eleitores, receita tributária, movimento forense e situação geográfica.
- 4 Cabe ao tribunal pleno, originariamente, decidir os conflitos de competência entre órgãos do tribunal de justiça e julgar deputados estaduais nos crimes comuns e juizes de direito nos crimes comuns e de responsabilidade.
- 5 Na Comarca de Rio Branco, classificada como comarca de entrância especial, os juizes de direito exercem suas atribuições mediante distribuição, respeitadas a privatividade e a separação entre a jurisdição civil e a criminal.

**QUESTÃO 10**

Ainda com referência às regras estabelecidas na Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os seguintes itens.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.  
Um juiz de direito do Acre, após cinco anos atuando em uma comarca no interior do estado, entregou-se ao vício da embriaguez, fato que foi levado ao conhecimento do corregedor geral da justiça.  
Nessa situação, o juiz poderá ser removido por interesse público, mediante voto de dois terços dos membros do tribunal pleno.
- 2 A câmara de férias deverá funcionar durante os recessos e os períodos de férias coletivas dos membros do tribunal de justiça e será composta pelo presidente e pelo vice-presidente do tribunal de justiça e pelo corregedor geral da justiça.
- 3 Se determinado município, no interior do Acre, cumprir os requisitos para a criação e instalação de comarca, mas nele não houver prédio público que possa ser utilizado para esse fim, esse obstáculo poderá ser superado diante da possibilidade legal de o tribunal de justiça concorrer com aluguel ou arrendamento de imóvel.
- 4 O titular da Vara da Fazenda Pública é responsável por processar e julgar, além das causas de interesse da fazenda pública do estado, as causas que envolvam loteamento e venda de imóveis a prestação.
- 5 O conselho da magistratura — órgão permanente de disciplina do Poder Judiciário —, entre outras atribuições, aprecia recursos contra as decisões de juizes da infância e da juventude e é composto pelo presidente do tribunal de justiça, pelo vice-presidente e pelo corregedor geral da justiça.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 11**

À luz da Constituição da República, julgue os itens abaixo, relativos à nacionalidade.

- 1 Um cidadão naturalizado brasileiro não poderá candidatar-se e assumir, se eleito, o cargo de senador da República.
- 2 Um cidadão que, nascido na França e residente em Maceió desde 1983, tenha sido condenado, no Brasil, por crime de furto em 1998 não poderá requerer a nacionalidade brasileira.
- 3 Um cidadão naturalizado brasileiro, de notável saber jurídico e reputação ilibada, poderá ser ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.  
Um brasileiro, solteiro, residente nos Estados Unidos da América desde 1998, lá teve um filho com sua namorada, registrando-o com o nome de Paulo, que hoje tem quatro anos de idade.  
Nessa situação, Paulo poderá residir no Brasil e optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- 5 Um cidadão naturalizado brasileiro não poderá candidatar-se e assumir, se eleito, o cargo de deputado federal pelo estado do Acre.

**QUESTÃO 12**

De acordo com o estabelecido na Constituição da República acerca de partidos políticos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Um partido político criado em 1992 e que defenda interesses de trabalhadores poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro que tiver representação diplomática no Brasil.
- 2 Partidos políticos, sejam eles integrantes ou não da bancada governista, têm acesso gratuito à televisão na forma da lei.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
O presidente de um partido político tentou registrar o estatuto da sua agremiação política no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Acre, onde recebeu a informação de que tal registro deveria ser feito no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).  
Nessa situação, foi correta a informação prestada pelo TRE.
- 4 Para a criação de um partido político, deve-se observar, sempre, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.
- 5 O estabelecimento de normas de fidelidade e de disciplina nos estatutos dos partidos políticos não é obrigatório.

**QUESTÃO 13**

Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 1 Apesar de seu espírito democrático, a Constituição da República não permite a elegibilidade e o voto dos analfabetos.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.  
Ao tentar votar nas últimas eleições para prefeito em Rio Branco, um eleitor foi informado, pelo secretário da sua seção, de que não estava obrigado a votar por já ter completado 65 anos de idade.  
Nessa situação, foi correta a informação prestada pelo secretário.
- 3 O governador do Acre, para habilitar-se a concorrer ao cargo de senador pelo mesmo estado nas eleições de 2002, poderia ter renunciado ao mandato em janeiro de 2002.
- 4 Um candidato ao cargo de senador da República poderá ter seus direitos políticos suspensos, caso tenha cometido ato de improbidade administrativa.
- 5 Segundo a Constituição da República, Fernando Henrique Cardoso, atual presidente reeleito do Brasil, não poderia concorrer a nova reeleição no ano de 2002.

**QUESTÃO 14**

No que diz respeito às funções essenciais da justiça previstas na Constituição da República, julgue os itens seguintes.

- 1 O Ministério Público integra o Poder Executivo, ao qual está administrativamente vinculado.
- 2 Um advogado aprovado em concurso público para o cargo de promotor de justiça em julho de 2002, ao tomar posse, poderá continuar exercendo normalmente a advocacia, conforme previsão constitucional.
- 3 A defesa judicial dos direitos e interesses das tribos indígenas é função institucional do Ministério Público.
- 4 O ingresso nas carreiras da Defensoria Pública e da Advocacia-Geral da União dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- 5 É garantia dos membros do Ministério Público receber, além de seus proventos, honorários e custas dos processos em que atuarem na defesa de interesses coletivos.

**QUESTÃO 15**

Julgue os itens que se seguem, relativos a princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República.

- 1 Com a Constituição de 1988, o Ministério Público passou a integrar os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, relacionando-se com os Poderes Legislativo, Executivo e, principalmente, com o Poder Judiciário.
- 2 Devido ao aumento excessivo de seqüestros, a tortura passou a ser permitida na solução desses crimes, em delegacias federais especializadas.
- 3 Os direitos de propriedade e de herança são garantias constitucionais.
- 4 Um agricultor empregado em uma fazenda terá direito, entre outros, ao FGTS, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
O proprietário de uma carvoaria, pretendendo contratar pessoas para trabalhar em sua fazenda, recebeu a informação de um advogado de que havia proibição constitucional quanto a contratação de menores de dezoito anos de idade para trabalho noturno, perigoso ou insalubre.  
Nessa situação, a informação do advogado foi correta.

**QUESTÃO 16**

Acerca da administração pública, julgue os itens abaixo.

- 1 O corpo de bombeiros militar é uma instituição organizada com base na hierarquia e disciplina, estando seus membros sujeitos à pena de banimento quando do descumprimento de ordem superior.
- 2 Em casos de abuso de autoridade e tortura, o policial militar poderá ser considerado culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- 3 Um concurso público realizado no Acre, que tenha prazo de validade de um ano, poderá ser prorrogado apenas uma vez, e por um ano.
- 4 Um servidor público autárquico que for investido no mandato de prefeito de determinado município será afastado de seu cargo, podendo optar pela remuneração de prefeito ou de servidor.
- 5 Se o diretor de secretaria do Tribunal de Justiça do Acre proibisse os servidores de sua seção de se associarem ao sindicato da categoria, ele estaria, nessa hipótese, descumprindo a Constituição da República, que garante ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

**QUESTÃO 17**

À luz das disposições constitucionais relativas aos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 1 O regime de previdência assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos dos estados é de caráter contributivo.
- 2 A aposentadoria de servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência pode-se dar por invalidez permanente, compulsoriamente ou voluntariamente.
- 3 Servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em razão de concurso público não poderá perder o cargo, estando sujeito apenas às medidas de suspensão e(ou) advertência.
- 4 A estabilidade de servidor público é adquirida após a avaliação especial de desempenho, realizada e elaborada por uma comissão indicada pelo Ministério do Planejamento.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma servidora pública estadual estável recebeu a informação de que seu cargo havia sido extinto. Ao consultar um colega de trabalho, este informou-lhe que ela ficaria em disponibilidade, sem alteração da remuneração até seu aproveitamento em outro cargo.  
Nessa situação e segundo a Constituição da República, as informações fornecidas pelo colega são procedentes.

**QUESTÃO 18**

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização do Estado.

- 1 Como forma de preservar a autonomia e a independência dos entes da Federação, a União não poderá intervir nos estados.
- 2 Cabe aos estados a manutenção de serviço postal, garantindo-se a preservação dos serviços e o controle de sua distribuição.
- 3 Lei que preveja alteração no Código Penal é de competência privativa da União.
- 4 Os estados da Federação são organizados e regidos por suas leis orgânicas, atendidos os princípios previstos na Constituição da República, não havendo previsão de Constituição estadual.
- 5 Territórios poderão ser divididos em municípios, o que não ocorre com o Distrito Federal, onde é vedado esse tipo de divisão.

**QUESTÃO 19**

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens seguintes.

- 1 Conforme ocorreu recentemente no estado do Espírito Santo, o estado de defesa, instituído por decreto do presidente da República, poderá durar até seis meses.
- 2 Cidadão preso por crime cometido na vigência do estado de defesa poderá ficar incomunicável.
- 3 Na vigência do estado de sítio, são permitidas as penas de morte ou de banimento aos cidadãos que cometerem crimes de terrorismo.
- 4 Um tenente do Exército em serviço ativo não poderá exercer o direito de greve, mas poderá estar filiado a partido político.
- 5 Segundo a Constituição da República, se um capitão da Aeronáutica for punido disciplinarmente, ele não poderá impetrar *habeas corpus*, por não ser instrumento cabível nessa hipótese.

**QUESTÃO 20**

Acerca dos remédios constitucionais previstos na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 1 O Ministério Público é legitimado para propor ação civil pública que objetive proteger o meio ambiente.
- 2 Um produtor rural que seja proprietário de 940 hectares de terras improdutivas não será legitimado para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- 3 Um servidor público estadual estável deverá pagar 1% de seus vencimentos para propor *habeas corpus* ou *habeas data*.
- 4 Uma associação de consumidores constituída em conformidade com a lei em março de 2001 poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados.
- 5 Um partido político com representação no Congresso Nacional, mesmo que tenha sido criado há menos de um ano, poderá impetrar mandado de segurança coletivo.

**QUESTÃO 21**

Acerca dos poderes administrativos da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 1 Atos praticados por servidor público no exercício de poder discricionário não podem ser objeto de qualquer ação judicial.
- 2 A auto-executoriedade e a coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- 3 Segundo a doutrina majoritária do direito administrativo brasileiro, é correto afirmar que o poder de polícia exercido pelo Estado não poderá incidir na área judiciária.
- 4 O poder de polícia pode abranger as atividades dos Poderes Legislativo e Executivo.
- 5 Se um funcionário da prefeitura de Rio Branco apreender mercadorias deterioradas em feira no centro da cidade, ele não estará exercendo poder de polícia e, sim, poder vinculado e hierárquico.

**QUESTÃO 22**

Julgue os itens abaixo, relativos aos atos administrativos.

- 1 A anulação de ato administrativo, que pode ser feita pela própria administração pública, produz efeitos apenas a partir da data de sua anulação.
- 2 O parecer de órgão médico oficial a pedido da administração pública, para efeito de concessão de aposentadoria por invalidez, é um ato administrativo.
- 3 O desembargador-presidente de tribunal de justiça estadual não desempenha atribuições administrativas, uma vez que lhe cabe o dever de julgar; ele não pratica, portanto, atos administrativos.
- 4 Atos administrativos são passíveis de controle judicial.
- 5 Ato administrativo que dependa da vontade de governador de estado e de seu secretário de Agricultura será considerado ato simples.

**QUESTÃO 23**

Acerca do conceito e da classificação de constituição, do poder constituinte e de emendas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 1 A Constituição da República foi outorgada pela Assembléia Nacional Constituinte, composta de representantes do povo, eleitos para a sua elaboração.
- 2 Segundo classificação doutrinária, é correto afirmar que a Constituição da República é rígida, e não flexível.
- 3 O poder constituinte derivado está inserido na própria Constituição da República e é passível de controle de constitucionalidade.
- 4 Não será objeto de deliberação proposta de emenda à Constituição por parte de senador da República tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- 5 Proposta de emenda à Constituição da parte do presidente da República para modificar o voto secreto deverá ser objeto de deliberação na primeira sessão após a sua apresentação ao Congresso Nacional.

**QUESTÃO 24**

Julgue os itens seguintes, relativos ao Poder Judiciário.

- 1 O governador do estado do Acre é legitimado para propor ação de inconstitucionalidade perante o STF, na qual o procurador-geral da República deverá ser previamente ouvido.
- 2 O procurador-geral da República deve ser previamente ouvido — sendo também legitimado — para a propositura de ação declaratória de constitucionalidade de lei.
- 3 Não há previsão de julgamento de mandado de injunção perante o STJ, por se tratar de remédio constitucional que deve ser proposto perante o STF.
- 4 Os tribunais de justiça estaduais poderão designar juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias, para solucionar conflitos fundiários.
- 5 Como medida de segurança jurídica, garantia de imparcialidade e, sobretudo, como medida de proteção, aos magistrados é vedada a presença no local do litígio.

**QUESTÃO 25**

Ainda acerca do Poder Judiciário brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 1 O STF é o guardião da Constituição e seus ministros são escolhidos exclusivamente entre os ministros dos tribunais superiores.
- 2 Os recursos extraordinário e especial serão julgados, respectivamente, pelo STF e pelo STJ.
- 3 Diferentemente da composição do tribunal de justiça dos estados, os tribunais regionais federais compõem-se de juízes nomeados pelo presidente da República, recrutados entre os juízes estaduais com mais de cinco anos de exercício.
- 4 A Constituição de 1988 trouxe a previsão de criação de juzizados especiais competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
- 5 Um juiz de direito, independentemente do ano da sua posse nesse cargo, não poderá dedicar-se à atividade político-partidária.